

ADS ER EÓLICA CORREDOR DO SENANDES IV S.A.

CNPJ/MF nº 14.528.941/0001-07

BALANÇOS PATRIMONIAIS - 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 E 1º DE JANEIRO DE 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativo	Nota	31/12/2022		31/12/2021		01/01/2021	
		(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)		
Ativo							
Ativo circulante							
Caixa e equivalentes de caixa	4	6.567	11.874	7.191			
Contas a receber de clientes	6	4.029	5.158	5.787			
Impostos a recuperar		32	79	116			
Outros créditos		23	262	118			
Total do ativo circulante		10.651	17.373	13.212			
Ativo não circulante							
Títulos e valores mobiliários	7	4.390	3.279	5.161			
Depósito judicial		12	12	12			
Direito de uso de ativos	8.a	1.430	1.447	1.418			
Imobilizado	9	72.393	77.186	81.918			
Intangível		2.072	2.244	2.417			
Total do ativo não circulante		80.297	84.168	90.926			
Total do ativo		90.948	101.541	104.138			

as notas explicativas da administração são partes integrantes das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2022	2021
	(Reapresentado)	(Reapresentado)
Lucro líquido do exercício	4.945	5.546
Resultado abrangente	4.945	5.546

as notas explicativas da administração são partes integrantes das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 E 1º DE JANEIRO DE 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Capital social	Reserva legal	Reserva especial	Reserva de lucros	Lucro (prejuízos) acumulados	Total do patrimônio líquido	
						31/12/2022	31/12/2021
Saldos em 1 de janeiro de 2021 (reapresentado)	39.087	743	512	9.163	-	49.505	49.505
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	5.546	5.546	5.546
Constituição da reserva legal (Nota 11)	-	277	-	-	(277)	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios (Nota 11)	-	-	-	(1.315)	(1.315)	-	-
Constituição de reserva de lucros (Nota 11)	-	-	-	3.954	(3.954)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021 (reapresentado)	39.087	1.020	512	13.117	-	53.736	53.736
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	4.945	4.945	4.945
Constituição da reserva legal (Nota 11)	-	247	-	-	(247)	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios (Nota 11)	-	-	-	-	(1.175)	-	-
Dividendos adicionais propostos (Nota 11)	-	-	-	(8.000)	(8.000)	-	-
Constituição de reserva de lucros (Nota 11)	-	-	-	3.523	(3.523)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	39.087	1.267	512	8.640	-	49.506	49.506

as notas explicativas da administração são partes integrantes das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações gerais – A ADS ER Eólica Corredor do Senandes IV S.A. (‘‘Companhia’’) é uma sociedade anônima de capital fechado com sede em Rio Grande - RS, constituída em 13 de outubro de 2011, a qual foi adquirida pelo Grupo NC em 29 de dezembro de 2016 e tem como objeto social: (a) receber outorga de autorização pelo Ministério de Minas e Energia (‘‘MME’’) para estabelecer-se como produtor independente de energia; (b) desenvolver estudos, projetar, implantar, construir, operar, manter e explorar o empreendimento de geração de energia elétrica de fonte eólica denominado ‘‘Corredor do Senandes IV’’ (‘‘Corredor do Senandes IV’’ ou o ‘‘Projeto’’); (c) comercializar a energia gerada pelo empreendimento; e (d) celebrar Contrato de Energia de Reserva relativo à energia negociada no âmbito do Leilão nº 03/2011. O projeto possui capacidade instalada de 29,7 MW, tendo sido vencedor do Leilão de Energia de Reserva (‘‘LER’’) realizado em 18 de agosto de 2011 (‘‘LER 2011’’), comercializando 12,9 MWm pelo prazo de 20 anos. O Projeto faz parte do Complexo Corredor do Senandes (‘‘Complexo’’), constituído por 4 parques eólicos, que totaliza capacidade instalada de 108,0 MW, tendo comercializado 50,5 MWm no LER 2011. Esses parques compartilham a mesma subestação e linha de transmissão. O parque da Companhia é composto por 11 aerogeradores no total, todos em plena operação. O projeto está autorizado, pelo Ministério de Minas e Energia (‘‘MME’’), a operar como produtor independente de energia elétrica até o ano de 2047. A Companhia é controlada diretamente pela acionista ADS ER Complexo Eólico Corredor do Senandes S.A. (‘‘Complexo do Senandes’’) e indiretamente pela NC Energias Renováveis S.A. A emissão das presentes demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria da Companhia em 20 de abril de 2023. **Impactos à pandemia do COVID-19:** Apesar da paralisação de vários setores produtivos e fragilidade da economia mundial, causadas pela pandemia do Corona virus (Covid-19), até o momento a Companhia não sofreu impactos em sua operação. Adicionalmente, a Companhia possui contrato com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (‘‘CCEE’’) que compra toda a energia gerada pela Companhia. Considerando a imprevisibilidade da evolução do surto e dos seus impactos, não é atualmente praticável fazer uma

estimativa do efeito financeiro nas receitas e fluxos de caixa operacionais estimados, ou do valor recuperável da UGC. A Administração avalia de forma constante o impacto do surto nas operações e na posição patrimonial e financeira da Companhia, com o objetivo de implementar medidas apropriadas para mitigar os impactos do surto nas operações e nas demonstrações financeiras. Até a data de autorização para emissão dessas demonstrações financeiras, as seguintes principais medidas foram tomadas incluindo as de cunho social: i) Implementação de medidas temporárias ou definitivas no quadro de funcionários, com o objetivo de reduzir as despesas salariais no médio prazo. ii) Medida de prevenção do contágio entre os colaboradores, adotando o home office, afastando os que estão mais expostos ao grupo de risco, como mulheres grávidas, colaboradores com mais de 60 anos, entre outros. **2. Resumo das principais políticas contábeis** – As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados. **2.1. Base de preparação:** As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e Lei das Sociedades por Ações, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor. **2.2. Representação de valores correspondentes:** Em 1 de janeiro de 2019 entrou em vigor o CPC 06(R2) – Arrendamentos. Tendo em vista que a Companhia não realizou a implementação do referido CPC desde sua vigência, a Companhia fez a adoção integral de forma retrospectiva e portanto, representou suas demonstrações financeiras a fim de demonstrar os impactos efetivos da norma vigente seguindo as orientações estabelecidas pelo CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Os saldos reapresentados foram afetados da seguinte forma: a) Balanço patrimonial referente 31 de dezembro de 2021 e 1 de janeiro de 2021

Ativo	31/12/2021			01/01/2021		
	Originalmente apresentado	Ajustes	Reapresentado	Originalmente apresentado	Ajustes	Reapresentado
Total do ativo circulante	17.373	-	17.373	13.212	-	13.212
Ativo não circulante						
Direito de uso	-	1.447	1.447	-	1.418	1.418
Imobilizado	77.409	(223)	77.186	82.061	(143)	81.918
Outros ativos não circulantes	5.535	-	5.535	7.590	-	7.590
Total do ativo não circulante	82.944	1.224	84.168	89.651	1.275	90.926
Total do ativo	100.317	1.224	101.541	102.863	1.275	104.138
Passivo e patrimônio líquido						
Passivos de arrendamento	-	277	277	-	319	319
Outros passivos circulantes	8.825	(202)	8.605	10.734	(155)	10.579
Total do passivo circulante	8.825	57	8.882	10.734	164	10.898
Passivos de arrendamento	-	1.287	1.287	-	1.022	1.022
Outros passivos não circulantes	37.855	(130)	37.725	42.713	-	42.713
Total do passivo não circulante	37.855	1.157	39.012	42.713	822	43.735
Reserva de lucros	13.018	10	13.028	9.074	9.163	9.163
Outros itens do patrimônio líquido	40.619	-	40.619	40.342	-	40.342
Total Patrimônio líquido	53.637	10	53.647	49.416	89	49.505
Total do passivo e patrimônio líquido	100.317	1.224	101.541	102.863	1.275	104.138

b) Demonstração de resultado:

	31/12/2021		
	Originalmente apresentado	Ajustes	Reapresentado
Receita operacional líquida	17.337	-	17.337
Custo dos imóveis vendidos	(7.144)	154	(6.990)
Lucro bruto	10.193	154	10.347
Receitas (despesas) operacionais	(1.183)	-	(1.183)
Lucro antes do resultado financeiro	9.010	154	9.164
Resultado financeiro	(2.762)	(144)	(2.906)
Lucro antes dos impostos	6.248	10	6.258
Imposto de renda e contribuição social	(712)	-	(712)
Lucro líquido do exercício	5.536	10	5.546

Os impactos nas demonstrações de resultados abrangentes e demonstração das mutações do patrimônio líquido são reflexos dos ajustes demonstrados acima. Os ajustes acima trouxeram os seguintes impactos na demonstração do fluxo de caixa em 31 de dezembro de 2021:

	31/12/2021		
	Originalmente apresentado	Ajustes	Reapresentado
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	10.333	262	10.595
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	1.800	-	1.800
Caixa líquido aplicados nas atividades de financiamento	(7.450)	(262)	(7.712)
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	4.683	-	4.683

2.3. Instrumentos financeiros: Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescidos dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, quando aplicável. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativo e passivos financeiros. i) **Ativos financeiros:** Não reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado ao: (i) custo amortizado; (ii) valor justo por meio de outros resultados abrangentes; ou (iii) valor justo por meio do resultado. As compras e as vendas de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo reconhecido no resultado. Os ativos financeiros ao valor justo reconhecidos no resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado no período em que ocorrerem. O valor justo dos investimentos com cotação pública é baseado no preço atual de compra. Se o mercado de um ativo financeiro não estiver ativo, a Companhia estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, a análise de fluxos de caixa descontados e os modelos de precificação de opções, privilegiando informações de mercado e minimizando o uso de informações geradas pela administração. Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado principalmente quando: (i) os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; e (ii) a Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	31/12/2022		31/12/2021	
		(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)
Receita operacional líquida	12	18.100	17.337		
Custo dos produtos vendidos	13	(8.378)	(6.990)		
Lucro bruto		9.722	10.347		
Despesas operacionais					
Generais e administrativas	14	(309)	(382)		
Outras despesas operacionais líquidas		(649)	(801)		
Lucro operacional		8.764	9.164		
Resultado financeiro	15	(2.888)	(2.906)		
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		5.876	6.258		
Imposto de renda e contribuição social	16	(931)	(712)		
Lucro líquido do exercício		4.945	5.546		
Lucro básico e diluído por ação - R\$	17	0,13	0,14		

as notas explicativas da administração são partes integrantes das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

ros, deduzida das perdas ou impairment. **2.7. Imobilizado:** O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, deduzido da depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e também os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em despesa no resultado do período, quando incorridos. A depreciação é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada. Os valores residuais e a vida útil dos ativos serão reavaliados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo será imediatamente baixado para seu valor recuperável se o seu valor contábil for maior do que seu valor recuperável estimado. **2.8. Intangível:** Representado por licenças e direitos para implantação e operação, com vida útil definida e adquiridos de terceiros, são registrados ao custo e serão deduzidos da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida inicialmente com base no prazo do Contrato de Energia de Reserva (‘‘CER’’), 20 anos a partir do início das operações. **2.9. Empréstimos e financiamentos:** Os financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar será reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, a partir da entrada em operação, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Os custos de empréstimos, que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos. **2.10. Fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios. Estes valores são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, são normalmente reconhecidos ao valor da fatura correspondente.

2.11. Reconhecimento da receita: A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de energia no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos. A Companhia reconhece a receita quando o valor pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia conforme descrito a seguir. **a) Venda de energia elétrica:** A Companhia comercializou a energia elétrica produzida em sua planta de geração de energia eólica nas seguintes modalidades: • Vendas de energia de LER, no qual os valores são faturados conforme receita efetiva, dentro da quota de energia leiloada pela ANEEL em operações destinadas à contratação de energia de reserva. Ao vencer o leilão, a Companhia se compromete a gerar e entregar energia, exclusivamente, para as cotas de energia de reserva contratada pela CCEE. O recebimento da comercialização LER ocorre mensalmente na proporção de 1/12 da cota anual contratada; • Vendas de energia no mercado livre - PLD, no qual os valores são faturados em ambiente de contratação livre, sendo a energia destinada ao mercado de curto prazo. A receita é reconhecida no período em que há a entrega da energia comercializada. Esta modalidade de comercialização foi utilizada no período de testes dos aerogeradores. **b) Receita financeira:** A Companhia apresenta receita de caráter financeiro referente a rendimento de aplicações financeiras, correção monetária de créditos tributários e recebimento de clientes. A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. **2.12. Imposto de renda e contribuição social correntes:** As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos correntes. Os impostos sobre o lucro são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. O encargo de imposto de renda e a contribuição social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço do país em que a Companhia atua e gera lucro tributável. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório. Durante o exercício de 2020, a Companhia optou pela tributação com base no lucro presumido. Nesta modalidade de tributação, o cálculo do imposto de renda e a contribuição social é trimestral e parte da presunção do lucro da Companhia por taxas pré-determinadas sobre o faturamento bruto acrescida das receitas financeiras e de outras receitas. O percentual de lucro presumido, base para o cálculo do imposto de renda e contribuição social para as atividades desenvolvidas pela Companhia, é encontrado através da aplicação da taxa de 8% e 12%, respectivamente. Sobre o lucro presumido, é aplicado o imposto à alíquota de 15% e 12% (IR e CS, respectivamente), acrescido, para o IR, de 10% sobre o valor que ultrapassar R\$ 60 por trimestre. **2.13. Arrendamentos:** A Companhia aplicou, de forma retrospectiva, o CPC 06(R2), vigente a partir de 1º de janeiro de 2019, que introduz um único modelo de arrendamento, substituindo o conceito de classificação entre arrendamento mercantil operacional e financeiro. O principal objetivo é definir se existe um arrendamento nos contratos ou se o contrato é uma prestação de serviço. Após esta definição, se um contrato contiver um arrendamento, deverá ser contabilizado no ativo, a ser depreciado e no passivo com apropriação de encargos financeiros, usando o método de efeito cumulativo, com aplicação inicial da norma na data inicial. **a) Como arrendatário:** Como arrendatário, a Companhia arrendou diversos ativos, incluindo imóveis, equipamentos de produção e equipamentos de TI. A Companhia classificava anteriormente os arrendamentos como operacionais ou financeiros, com base em sua avaliação sobre se o arrendamento transferia significativamente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo subjacente a Companhia. De acordo com o CPC 06(R2), a Companhia reconhece ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para a maioria desses arrendamentos - ou seja, esses arrendamentos estão no balanço patrimonial. No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aplica a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seu preço individual. No entanto, para arrendamentos imobiliários, a Companhia optou por não separar os componentes que não são de arrendamento e contabilizar o arrendamento e os componentes de não arrendamento associados, como um único componente de arrendamento. **b) Arrendamento classificado como arrendamento operacional conforme CPC 06(R2):** Anteriormente, a Companhia classificava os arrendamentos imobiliários como arrendamentos operacionais de acordo com o CPC 06(R2). Na transição, para esses arrendamentos, os passivos de arrendamento foram mensurados pelo valor presente dos pagamentos remanescentes do arrendamento, descontados à taxa de empréstimo incremental da Companhia. Os ativos de direito de uso são mensurados: • Pelo seu valor contábil como se o CPC 06(R2) tivesse sido aplicado desde a data de aplicação inicial, descontado usando a taxa de empréstimo incremental do Grupo na data da aplicação inicial; a Companhia aplicou essa abordagem ao seu maior arrendamento imobiliário; ou • Por um valor igual ao passivo de arrendamento, ajustado pelo valor de quaisquer recebimentos de arrendamento antecipados ou acumulados; a Companhia aplicou essa abordagem a todos os outros arrendamentos mercantis. A Companhia testou seus ativos de direito de uso quanto à perda por redução ao valor recuperável na data de transição e concluiu que não há indicação de que os ativos de direito de uso apresentem problemas de redução ao valor recuperável. A Companhia utilizou vários expedientes práticos ao aplicar o CPC 06(R2) a arrendamentos anteriormente classificados como arrendamentos operacionais de acordo com o CPC 06(R2). Em particular: • Não reconheceu ativos e passivos de direito de uso para arrendamentos cujo prazo de arrendamento se encerra dentro de 12 meses da data da aplicação inicial; • Não reconheceu ativos e passivos de direito de uso para arrendamentos de ativos de baixo valor (por exemplo, equipamentos de TI); • Excluiu os custos diretos inerentes à mensuração do ativo de direito de uso na data da aplicação inicial; e • Utilizou retrospectivamente ao determinar o prazo do arrendamento. **b) Impacto nas demonstrações financeiras:** A Companhia optou pela abordagem de transição retrospectiva modificada simplificada, sem realização de reapresentações dos períodos comparativos, adotando os seguintes critérios de reconhecimento e mensuração inicial dos ativos e passivos: • Reconhecimento de passivo de arrendamento mercantil na data da aplicação inicial para arrendamentos anteriormente classificados como arrendamento operacional. A mensuração do passivo de arrendamento mercantil foi realizada ao valor presente dos pagamentos de arrendamento remanescentes, descontado a partir das taxas de juros incrementais de empréstimo, agrupadas por natureza do ativo, região e prazo contratual; e • Reconhecimento de ativo de direito de uso na data da aplicação inicial para arrendamentos anteriormente classificados como arrendamento operacional. A mensuração do ativo de direito de uso ao valor equivalente ao passivo de arrendamento mercantil, ajustado pelo valor de quaisquer pagamentos de arrendamento antecipados ou acumulados referentes a esse arrendamento que tiver sido reconhecido no balanço patrimonial imediatamente antes da data da aplicação inicial. Ao mensurar os passivos de arrendamento para arrendamentos classificados como operacionais, a Compa-

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2022		2021	
	(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	5.876	6.258		
Ajustes:				
Depreciação e amortização	5.143	5.069		